Família, Reciprocidade e Condições de Classe

LIA ZANOTTA MACHADO

Nas sociedades ocidentais, especialmente do ponto de vista das suas "classes médias", e mais ainda dos seus segmentos intelectuais, as questões de "parentesco" e da "família" são representadas como questões de ordem privada e assim, menores e menos importantes em relação às grandes questões políticas e econômicas que regem a ordem pública.

Diante das sociedades tribais, os antropólogos não puderam deixar de registrar o contraste da posição das questões relativas ao parentesco e à família. O parentesco está presente nas dimensões política e econômica. Segundo alguns é a linguagem que organiza essas dimensões. Segundo outros, é um dos princípios determinantes de toda sua organização social. O parentesco, nas sociedades tribais, claramente não é uma questão "menor". Este contraste impôs à antropologia um lugar privilegiado para o parentesco como objeto e exigiu toda uma construção de metodologias e técnicas para o estudo das relações de parentesco. No entanto, estes estudos, muitas vezes se restringiram à realização da primeira etapa de decifrar a construção (ou seja, reconstruir) os princípios de definição da rede de parentesco por consangüinidade e afinidade.

O que a antropologia tradicional pode oferecer ao estudo das famílias nas sociedades complexas? Esta é uma das perguntas que a autora de *Família Operária e Reprodução da Força de Trabalho*,* Ana Maria Quiroga Fausto Neto se faz nesse estudo desenvolvido

---

* FAUSTO NETO, Ana Maria Quiroga. *Família Operária e Reprodução da Força de Trabalho*. Petrópolis: Editora Vozes, 1982, 212 pp.

nos anos de 1977 e 1978 para sua dissertação de mestrado na UnB e publicado no final de 1982 pela Editora Vozes.

A autora demonstra sua insatisfação quanto à contribuição antropológica em geral para o estudo das famílias nas sociedades complexas. Critica o que chama de compreensão tradicional, eu diria, meramente formal, que restringe a família a uma "mera relação entre parentes que vivem juntos ou que são unidos por laços de consangüinidade e afinidade" (:11). Aceita no entanto, "concepções mais atuais", eu diria mais substantivas, onde o parentesco passa a "assumir uma dimensão de reciprocidades de ação, de dívidas e de obrigações e de transmissão de legitimidade social" (:11). Pretendo discutir até que ponto estas "concepções mais atuais" são incorporadas no seu discurso e se uma outra forma de incorporação seria possível. Antes disso, é preciso apresentar um outro ponto de sua crítica à contribuição antropológica tradicional.

A autora critica a presença na antropologia do excesso de preocupação com os aspectos sócio-culturais, ou seja, o tratamento da família apenas nos seus aspectos supra-estruturais. Referindo-se a estudos antropológicos sobre migrações na sociedade brasileira, aponta que a "ótica fundamental pela qual a família é enfocada é ainda predominantemente cultural" (:12). O termo "ainda" é significativo. Implicitamente indica o caminho que a autora escolherá e que pretende ser o caminho a ser feito pela antropologia: integrar a perspectiva supra-estrutural (ou sócio-cultural) e a perspectiva que privilegia a base econômico-social. A família, segundo a autora, é uma "unidade social na qual incidem duas ordens de 'lógica': uma resultante de sua organização como unidade de parentesco, e outra, resultante da inserção específica de seus membros num sistema produtivo e de classes mais gerais" (:22). Trata-se, na verdade, de uma questão relativa ao diálogo entre a antropologia não marxista compreendendo suas diferentes escolas teóricas e o marxismo.

Um dos princípios de organização social apontados pela antropologia clássica não marxista, tanto a anglo-saxônica como a francesa, é o princípio da reciprocidade, princípio que parece reger prioritariamente as sociedades ditas "primitivas". A ênfase do marxismo está no princípio de dominação de classes, reforçada pelo fato de que o objeto, por excelência, dos estudos de Marx foi a sociedade capitalista, figurando como referências os outros tipos de sociedades de classe e o modelo de sociedade comunitária sem classes.

Tal como vejo agora, neste "estado geral de fluidez teórica dentro da disciplina antropológica", como apontou Eunice Durham na 14.ª Reunião Brasileira de Antropologia em abril de 1983 em Brasília, e que para mim é um momento de necessidade de reflexão sobre as contribuições das diferentes escolas teóricas, entendo que algumas perguntas devam ser levantadas para que um diálogo entre a antropologia não marxista e o marxismo seja possível.

Uma das perguntas é saber se o princípio de reciprocidade está presente também nas sociedades capitalistas e se está, como. Outra, correlata, é saber se a dimensão supra-estrutural, ideológica, ou sócio-cultural pode ou deve ser entendida apenas por referência à base econômico-social do modo de produção, esta, definida pela dominação de classes.

Vejamos como a autora trata desta questão. Para isso, voltemos à sua definição, acima citada, de família. Lá, fala de *duas lógicas* que incidem na família: 1) a de sua organização como unidade de parentesco e 2) a de sua inserção específica no sistema produtivo e de classes. A primeira é entendida como a lógica da *reciprocidade de ações*, ou seja, "a família é também uma unidade de relações sociais, de vivências sócio-afetivas que se estrutura em torno a um sistema de códigos e categorias que estabelecem uma rede de reciprocidades, de trocas de direito se deveres entre seus membros" (:21). A segunda lógica é a relativa à dominação de classes. Assim, a primeira teria a explicação de sua existência independentemente da lógica de dominação? A resposta, parece-me, poderia ser positiva se nos restringíssemos a essa definição da autora, mas será negativa se tomarmos em conta suas outras definições que me parecem ser as mais coerentes com o desenvolver de seu trabalho.

Integrar uma visão marxista e uma visão antropológica não marxista não é exatamente a pergunta da autora. Ela se pergunta algo um pouco diferente. Como, de um ponto de vista marxista, pode-se incorporar, no estudo da família, resultados advindos de um corpo teórico não marxista? Atentemos para a primeira das formulações sobre o que é família e que abre o seu livro.

> "Propõe-se a uma análise da família operária... como uma unidade social que se realiza concretamente dentro de uma situação de classe, onde, do ponto de vista de seus membros, a organização e ação da família está voltada para a busca de condições de sobrevivência, e, de um ponto de vista mais amplo, sua ação está voltada para a reprodução da força de trabalho em seus aspectos materiais e ideológicos" (:10).

Nesta definição, não se fala de *duas lógicas*. Fala-se de *uma* só: a lógica da reprodução da força de trabalho (lógica do capital) que é vivida como ação voltada para a sobrevivência. Se há uma *ação da família* e se esta ação pode se basear na reciprocidade de direitos e deveres, este é o aspecto menos importante; o que é fundamental é que a ação tem por objetivo a *sobrevivência*. Assim, se os membros da família dividem tarefas é porque o fazem *para sobreviver*. A "reciprocidade" se transforma imediatamente em "estratégias de sobrevivência"; ou melhor, a existência de reciprocidade entre os membros da família é explicada pelo objetivo da sobrevivência, que, em última instância, barateia a reprodução da força de trabalho. A autora é muito enfática quanto a este aspecto: "Desta forma (pelo código de reciprocidade de ação) muitas das ações da família (tipicamente de super-exploração da força de trabalho de seus membros) são 'naturalizadas' como próprias de seus deveres como chefes de família, pais, esposas, filhos mais velhos, etc." (:21). Se há um maior número de membros familiares em trabalhos pagos porque o salário do chefe não é mais suficiente, se um sem número de tarefas domésticas até a construção de casas são feitas e divididas com a rede de família extensa, aumentando, assim, o trabalho não pago, diminuindo as despesas e aumentando as condições de sobrevivência diante das condições de exploração, isto se faz porque a família é uma unidade de prestação de serviços, de formação de renda e de consumo. E estes três são aspectos responsáveis pelo rebaixamento do preço da mão-de-obra ou do custo de sua reprodução. Assim, "o código da reciprocidade de ação" constitutivo da família, segundo Goodenough (1970) e Keesing (1972), por exemplo, transforma-se ou se reduz neste contexto à "naturalização" da super-exploração da força de trabalho dos membros da família.

O que é a família operária nuclear no trabalho de Ana Maria Q. Fausto Neto? É a família que luta pela sobrevivência através de inúmeras estratégias: aumentando o número de seus membros que auferem renda; diminuindo seu consumo de bens por um apertado orçamento doméstico e pelo aumento de produção de valores de uso (confecção de roupas, feitura de hortas) realizada por seus membros no âmbito doméstico; diminuindo o consumo de serviços pagos e de produção de bens pela troca de serviços e de bens com a rede de parentesco extensa e com vizinhos (cuidado de crianças, empréstimo de dinheiro, troca de alimentos, consertos ou serviços de reparação, deslocamentos necessários para pagamento de contas,

troca de aparelhos domésticos, construção de moradia); e introduzindo na unidade doméstica, em fases críticas do seu ciclo, agregados, especialmente parentes. Tudo isto tem por resultado o barateamento da reprodução da força de trabalho e, portanto, da manutenção das condições de super-exploração. Do ponto de vista da família, ela objetiva a sobrevivência. Do ponto de vista do capital, a família permite o barateamento da reprodução da força de trabalho.

É extraordinária a forma bem sistematizada e detalhada com que a autora reconstrói as estratégias de sobrevivência da família operária. Como torna claro na família a articulação de suas funções de unidade de consumo, de formação de renda e de produção de bens de uso e de serviços não pagos. Contudo, pergunto-me: não há aí uma redução do entendimento do que é família? Uma das respostas para essa pergunta poderia ser encontrada num artigo de Eunice Durham (1980:205):

> "Desse modo, para explicar a família, sua persistência e transformação no mundo capitalista, não basta considerar sua funcionalidade para o capital e determinar se sua existência barateia ou encarece o custo da reprodução da mão-de-obra. Tratando-se de uma unidade de vida social articulada inteiramente pela referência a fins e valores, a problemática se deslocou para o terreno do 'vivido humano' e aproximou-se do campo da ideologia".

Reflitamos sobre alguns pontos. Num primeiro momento, parece que esta formulação não pode ser utilizada para propor argumentos críticos ao trabalho de Ana Maria Q. Fausto Neto. Afinal, a família para a autora, do ponto de vista dos agentes sociais, não existe para reproduzir a força de trabalho, barateando-a, mas sim vê-se como seu fim em si mesma e tem por objetivo a sobrevivência. Mas, num segundo momento, se se admitir que a família é "articulada inteiramente pela referência a fins e valores", parece que se encontra o caminho para argumentos críticos ao reducionismo da visão da família como articuladora de "estratégias de sobrevivência". Será apenas este o valor da família para os seus membros na classe operária?

Ao se tomar como ponto de partida o "vivido humano" e os valores que o constituem, muitas outras perguntas se fariam sobre a família. Não será constitutivo da família o valor de ser um lugar privilegiado do exercício de vivências sócio-afetivas regido pela combinação dos códigos de reciprocidade e hierarquia? Introduzi-

mos aqui a noção de hierarquia porque os direitos e deveres dos membros familiares não são aqueles entre "iguais"; trata-se de uma reciprocidade entre membros hierarquizados por uma escala de valores diferenciados: pai, mãe, filhos, agregados, avós, tios, etc. Se esta formulação for correta, a família se regeria segundo princípios de organização que não são os dominantes na sociedade capitalista. É evidente que esta minha formulação está pautada nas considerações de Dumont (1970 e 1977) sobre a sociedade indiana, não ocidental, onde, segundo ele, se realiza a noção de uma sociedade "holista" e não "individualista". Um problema logo se instaura: o que fazemos, cientistas sociais, quando nos defrontamos com estes valores regendo a organização da família em sociedades capitalistas e individualistas, tal como o venho encontrando na minha atual pesquisa entre famílias das camadas populares? É em nome do valor da reciprocidade e da hierarquia que constituem a família que uma série de "estratégias de sobrevivência" se podem realizar no âmbito da rede familiar extensa e não o contrário. É em nome deste valor que se realizam também as ações de socialização, construção de identidades masculina e feminina, atribuição de valores, emoções e afetividade, atribuição de identidades diante do anonimato que predomina nas relações sociais no contexto urbano, atribuição de significados à desigualdade e exploração de classes, etc.

A repercussão da proposta de Dumont entre antropólogos brasileiros, muitos deles de tradição marxista, está no fato de reiterar uma das proposições fundamentais da antropologia clássica: a existência de outros princípios de organização social que não se confundem com a dominação de classes.

Uma das formas de lidar com o encontro destes princípios ordenadores é colocá-los no domínio da ideologia. Mas, segundo as propostas mais ortodoxas do marxismo, será que o reino da ideologia pode se afastar tanto de ser a "aparência imediata" das relações de produção, ou ainda, segundo outros, de ser seu ocultamento e mistificação? O campo ideológico poderia reter um tal grau de autonomia? Não parece ser esta a resposta mais apegada à tradição marxista. Ana Maria Q. Fausto Neto encontra o "código da reciprocidade" e diz que ele naturaliza a super-exploração. Enquanto a família, aparentemente, trata de sua sobrevivência, ela, de fato, está contribuindo para a manutenção das condições de super-exploração. Eunice Durham enfatiza a necessidade de se estudar a família no campo do "vivido humano", mas ao distinguir

a ótica do capital e a dos agentes sociais, acaba por colocá-las em íntima relação, de tal forma que entre elas se dá apenas um deslocamento. O grau de autonomia da ideologia é, assim, restrito. Segundo Eunice Durham:

> "Se, da ótica da produção, a família constitui o núcleo de reprodução da força de trabalho e, portanto, condição de produção, para o trabalhador, ao contrário, ela é fim para o qual o trabalho é um meio. Deste modo, o trabalho de homens e mulheres, adultos e jovens, não se define, para as pessoas, exclusivamente em termos de uma referência à natureza do sistema produtivo, mas em termos de sua instrumentalidade para o consumo, e, portanto, para a família" (:208).

Disse: *deslocamento,* porque, mesmo da ótica do trabalhador, a família ainda é considerada como *"consumo"*, ou seja, a família está sempre definida pelo princípio da dominação de classes e pelo plano infra-estrutural: a família é uma unidade de consumo. E pergunto-me: seu valor e seus princípios de organização se reduzem à unidade de consumo?

Outra das formas de lidar com esta questão é a formulação, também contida no trabalho de Ana Maria Q. Fausto Neto, embora em caráter não dominante. Tratar-se-ia a família, não do binômio sobrevivência (ótica do trabalhador) e reprodução da força de trabalho (ótica do capital), mas de uma unidade social onde incidiriam duas lógicas: a de reciprocidade e a de inserção no sistema produtivo e de classes. Haveria, então, necessidade de aprofundar esta questão. Se os princípios de reciprocidade e de hierarquia não regem as relações de produção determinantes no capitalismo, como eles podem estar presentes nas sociedades capitalistas? Como e onde estão? Se o capitalismo pode até se apropriar destas modalidades de relações sociais, talvez não seja ele que as gere. Talvez estejamos diante de princípios universais de organização social que se realizam diferentemente segundo modalidades históricas. Neste caso, a contribuição da antropologia não marxista não seria tão insatisfatória para permitir um repensar sobre os modelos "macro" de sociedade e, assim, poder integrar questões "micro" às questões "macro" e não ficar, continuamente, se indagando da distância entre um modelo e outro. Não sei se o momento atual da antropologia brasileira se caracteriza apenas como um estado de "fluidez teórica". Acredito mais que estejamos refletindo sobre o alcance e os limites de vários modelos teóricos disponíveis e dominantes.

Talvez mais do que diante de uma "fluidez teórica", estejamos diante de um "impasse teórico".

O meu diálogo com o trabalho de Ana Maria Q. Fausto Neto se restringiu à discussão do cerne de sua proposta: estudar a família como unidade de reprodução da força de trabalho. Fiz a indagação sobre o reducionismo desta abordagem. No entanto, isto fez-me afastar de apresentar uma resenha de seu trabalho, que, sem dúvida nenhuma, teria aberto as portas para elogios merecidos. Faço-os agora. Seu trabalho foi realizado num bairro operário de Belo Horizonte (Bairro do Cardoso). Sua metodologia é admiravelmente coerente com seu instrumental teórico. Encantou-me, particularmente, o modo como define a especificidade da família operária como unidade de consumo e formação de renda. Lendo seu trabalho, temos todos os elementos para contrastar com a família de "classe média". E mais ainda. É extremamente lúcida e estimulante sua análise sobre o papel e o lugar da mulher na família operária por diferença com o lugar tradicional da mulher na família de classe média. Sem negar seu lugar subordinado, ela vê seu papel complementar. "Pensamos que, dentro de certo nível, o que se pode verificar é (...) uma grande capacidade de iniciativas e de planejamento e execução de estratégias de sobrevivência, tanto de produção de renda como de consumo, além de níveis significativos de autonomia, inclusive e principalmente em relação ao homem" (:85).

O seu trabalho é, indiscutivelmente, um produto teoricamente muito bem acabado e apresenta um corpo de informações extremamente rico sobre o cotidiano da família operária, enquanto focado da ótica da realização de "estratégias de sobrevivência".

BIBLIOGRAFIA

DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus*. Chicago; The University of Chicago Press, 1970.

————. *Homo Aequalis*. Paris: Gallimard, 1977.

DURHAM, Eunice. A Família Operária: Consciência e Ideologia In *Dados, Revista de Ciências Sociais*, vol. 23, n.º 2, Rio: Editora Campus, 1980.

GOODENOUGH, W. "Marriage and family" In *Description and Comparison in Cultural Anthropology*. Chicago: Aldine Publishing Co., 1970.

KEESING, R. "Simple models of complexity: the lure of kinship" In *Kinship Studies in the Morgan Centennial Year*, Washington, D C.: Anthropological Society of Washington, 1972.